



Maria Conceição Reis



Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

cecareis@hotmail.com

Edilce Maria Dionizia de Oliveira



Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

edilceoliveira25@hotmail.com

Herlane Victor do Nascimento Ferreira



Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

herlane.victor@email.com

A INFLUÊNCIA DA HISTÓRIA DE VIDA DE PROFESSORAS NEGRAS NA SUA PRÁTICA PEDAGÓGICA

RESUMO

O artigo apresenta resultados da pesquisa que objetivou compreender como as histórias de vida de professoras negras influenciam na sua prática pedagógica para a implementação da Lei nº 10.639/2003. A partir desta indagação, buscou-se conhecer a história de vida das professoras negras, identificar como o fato de ser negra tem influência na discussão das questões raciais em sala de aula e verificar se utilizam a Lei nº 10.639/2003 na construção do conteúdo. A pesquisa, de cunho qualitativo, utilizou como instrumento de coleta de dados a técnica da história de vida e, para análise dos dados, a análise de conteúdo. Constatou-se que a história de vida contribui para a afirmação identitária, influenciando diretamente a mudança de postura no cotidiano do professor, inclusive, na sua prática Pedagógica.

Palavras-chave: Educação das Relações Étnico-raciais. Prática Pedagógica. História de Vida. Professoras Negras. Lei nº 10.639/2003.

THE INFLUENCE OF THE LIFE HISTORY OF BLACK TEACHERS IN THEIR PEDAGOGICAL PRACTICE

ABSTRACT

The article presents results of the research that aimed to understand how the life history of black teachers influence their pedagogical practice for the implementation of Law 10.639 / 2003. Based on this question, we sought to know the life history of black teachers, to identify how the fact of being black has an influence on the discussion of racial issues in the classroom, and to verify if they use Law 10.639 / 2003 in the construction of the content. The qualitative research used as a data collection instrument the life history technique and, for data analysis, content analysis. It was verified that the history of life contributes to the affirmation of identity, directly influencing the change of posture in the daily life of the teacher, including in his Pedagogical practice.

Keywords: Ethnic-racial relations education. Pedagogical Practice. Life's history. Black teachers. Law 10.639 / 2003.

Submetido em: 17/09/2018

Aceito em: 15/03/2019

Ahead of print em: 10/04/2019

Publicado em: 25/04/2019



<http://dx.doi.org/10.28998/2175-6600.2019v11n23p524-542>



I APRESENTAÇÃO

As discussões teóricas acerca das questões étnico-raciais têm crescido e se aprofundado no âmbito acadêmico, principalmente nos cursos provenientes da área de humanas. Muitas dessas discussões estão voltadas para promulgação da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino sobre a história e cultura africana e afro-brasileira.

A referida Lei é um avanço que repercute na prática pedagógica do (a) professor (a), no entanto, a legislação não garante que o conteúdo sobre a história e cultura afro-brasileira seja implementado, uma vez que na aplicabilidade da mesma perpassa a visão dos (das) docentes sobre o tema, que, em parte, reproduz o currículo eurocêntrico que privilegia a cultura branca, masculina e cristã, portanto, ficando a cargo do (a) professor (a) a decisão de efetivar ou não o conteúdo referente à Lei nº 10.639/2003.

O interesse desse estudo se volta à essas discussões, principalmente no que se refere à relação da prática pedagógica e as questões étnico-raciais. No decurso de observações dentro das escolas, percebe-se práticas docentes que não aplicam o conteúdo voltado para as questões étnico-raciais, segundo a Lei nº 10.639/2003. Na prática, a cultura africana e afro-brasileira é trabalhada apenas em datas comemorativas, como a abolição da escravatura, o dia da consciência negra, e em alguns conteúdos relacionados à escravidão. Deixa-se de lado a cultura, a influência e a contribuição dos povos africanos para a sociedade brasileira, como também, por muitas vezes, se reproduz uma ideologia que marginaliza a pessoa negra, reiterando a ideia de que a história dos povos africanos se resume ao fato histórico da escravidão.

Nas vivências dentro da Universidade Federal de Pernambuco, vimos que algumas professoras negras da instituição adotam uma postura diferenciada em relação às questões étnico-raciais. Constatamos, através dos seus discursos, que elas se reconhecem como mulheres negras e que isto influencia na sua postura em sala de aula. Percebemos a importância das experiências vividas por elas para formação da sua identidade étnico-racial e a importância de suas afirmações identitárias para a sua prática pedagógica.

Partindo desse pressuposto, constatamos que as experiências de vida das professoras negras podem influenciar em sua autoafirmação como mulher negra, e que esta identidade é um diferencial que possibilita uma ação pautada na consciência do combate ao racismo, como também, na hora de lecionar o conteúdo étnico-racial.

Ao pensar a prática pedagógica desta forma, procuramos nesta pesquisa responder à seguinte questão: Como as histórias de vida das professoras negras influenciam na sua prática pedagógica para a implementação da Lei nº 10.639/2003? A partir deste questionamento buscou-se conhecer a história de vida de professoras negras da educação básica, verificar se as mesmas utilizam a Lei nº 10.639/2003 na

construção do conteúdo aplicado em sala de aula e identificar se o fato da professora ser negra influencia na discussão das questões étnico-raciais em suas aulas.

Para melhor entendimento destes questionamentos, visando alcançar o principal objetivo dessa pesquisa, realizou-se uma pesquisa qualitativa, utilizando a entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados. Por intermédio da história de vida buscou-se analisar os relatos dos sujeitos, baseando-se na análise de conteúdo indicada por Bardin (2009).

A pesquisa almejou refletir sobre as questões étnico-raciais, a relação da prática pedagógica com as experiências de vida e a construção positiva de uma identidade racial. Portanto, ela poderá contribuir com as discussões sobre as questões étnico-raciais, fornecendo objeto para a análise da prática docente, por meio da investigação da relação entre as histórias de vida de professoras negras, sua prática docente e a implementação da Lei nº 10639/03.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 A Lei nº 10.639/2003

A Lei nº 10.639/2003 propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira. Os (as) professores (as) devem ressaltar a cultura afro-brasileira como constituinte formadora da sociedade brasileira e as pessoas negras como sujeitos históricos, valorizando sua história, a cultura e suas religiões. Os parâmetros estabelecidos pela Lei nº 10.639/2003 caracterizaram um avanço necessário no processo de democratização do ensino e na luta contra o racismo, mas ainda há um caminho longo a ser percorrido. Após anos de luta dos movimentos negros, junto com a participação de intelectuais negros e negras, foi possível conquistar a obrigatoriedade do estudo da história e cultura africana e afro-brasileira, a fim de alavancar um processo de reparação para com a população negra.

A lei se fundamenta numa demanda social advinda, principalmente, do movimento negro, resultado de anos de luta contra o racismo. A modificação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN visou implementar a obrigatoriedade da história e cultura afro-brasileira e africana na Educação Básica. Segundo o Parecer CNE/CP nº 03/2004:

Este parecer visa a atender os propósitos expressos na Indicação CNE/CP 6/2002, bem como, regulamentar a alteração trazida à Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Desta forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como, nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como, garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros (BRASIL, 2004).

A escola também reproduz os preconceitos existentes na sociedade, o racismo é um deles, que se projetam nas relações sociais imobilizando, inferiorizando e desqualificando as pessoas negras em função de sua cor/raça. Trabalhar pela valorização da história e cultura afro-brasileira e africana visa fazer reparos significativos nos malefícios causados à população negra, à sua identidade e aos seus direitos. Por essas questões, o Parecer CNE/CP nº 03/2004 procura oferecer respostas, dentre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. (BRASIL, 2004, p. 2).

A Lei nº 10.639/2003 é necessária para que aconteça a valorização da história e cultura afro-brasileira e africana dentro da escola, entretanto, sua obrigatoriedade não garante o seu cumprimento efetivo em sala de aula. É fundamental uma mudança de postura dentro das práticas escolares. Vê-se a importância de ações por parte do corpo escolar para a construção de atitudes e valores que tragam aos (às) estudantes o orgulho de sua raça negra. Desta forma, se desperta a necessidade de compreender como a identidade negra das professoras pode influenciar e promover uma implementação eficaz da Lei nº 10.639/2003.

2.2 Identidade

Diversos (as) autores (as) discutem o conceito de identidade e cada abordagem toma um percurso específico, produzindo várias óticas sobre o assunto. Desta forma, este trabalho tomou como base abordagens sociológicas sobre identidade, analisando o termo a partir da construção identitária do indivíduo ao reconhecer-se parte integrante de determinado grupo social.

Como Gomes (2002), entendemos que identidade é um aspecto relevante na construção das relações do indivíduo, na sua maneira de agir no mundo e na concepção de suas referências culturais e pessoais.

A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indica traços culturais que se expressam através de práticas linguísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares referências civilizatórias que marcam a condição humana. (p. 41)

Desse modo, a interação do indivíduo com o seu meio social constitui aspecto importante para a construção da identidade, pois “é na interação social que forjamos nossa identidade” (SILVA, 2013, p.70). D’adesky (2001, p. 76) destaca que a identidade, para se constituir como realidade, pressupõe uma interação. Nesse contexto, compreende-se que as experiências vividas pelos sujeitos, os seus significados,

por meio das interações com o meio, contribuem de forma significativa para sua afirmação identitária.

Gomes afirma:

Nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário, é negociada durante a vida toda por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros. Tanto a identidade pessoal quanto a identidade socialmente derivada são formadas em diálogo aberto. Estas dependem de maneira vital das relações dialógicas estabelecidas com os outros. Esse é um movimento pelo qual passa todo e qualquer processo identitário e, por isso, diz respeito, também, à construção da identidade negra. (GOMES, 2002)

Ainda nessa perspectiva, Dubar (2005) também afirma que a construção da identidade étnico-racial é um processo que se dá a partir da interação social. Desta forma, assim como o processo de construção da identidade depende das relações estabelecidas durante a vida, a construção da identidade negra também é produzida nas relações dialógicas estabelecidas com os outros.

Em relação à identidade negra, Silva (2013) a concebe como uma referência por meio da qual, a partir da relação com o outro, o indivíduo se reconhece e se constitui, num processo dinâmico, pessoal e sociocultural de construção de uma postura política. (2013, p.80)

Em meio a um país racista como o Brasil, os que se reconhecem como negros e negras e declaram seu pertencimento étnico-racial em suas relações sociais se colocam numa posição de resistência aos inúmeros padrões eurocêntricos impostos pela sociedade brasileira, exercendo, assim, uma postura política de enfrentamento ao racismo.

2.3 Prática pedagógica no combate ao racismo

A escola como espaço de produção e recriação do conhecimento produzido ao longo do processo histórico da humanidade e como suposta formadora de cidadãos, deveria ser espaço privilegiado para fomentar discussões sobre as questões sociais do país, como a do racismo, tão presente no cotidiano brasileiro. Inúmeras pesquisas sobre a Lei nº 10.639/2003 têm demonstrado que a escola, via de regra, acaba reproduzindo o racismo, o preconceito e a discriminação contra estudantes afrodescendentes. Deste modo, ao negar a existência do racismo no cotidiano escolar, os (as) professores (as) acabam legitimando a discriminação racial que se manifesta por meio de piadas, brincadeiras ou discursos ofensivos que atentam contra o(a) estudante negro(a).

Segundo Reis (2014, p.35), a prática pedagógica está fundamentada na concepção de vida e sociedade do professor. As atividades realizadas pelo (a) professor (a), em seu cotidiano escolar, sofrem influência de suas experiências e que o (a) levaram à construção de seu pensamento e da sua forma de posicionar-se frente as questões sociais.

○ (a) professor (a) é um (a) agente de mudança que pode atuar de maneira mais direta na perspectiva de promover o rompimento das barreiras criadas pelo preconceito, através de sua prática, incluindo ações que favoreçam a compreensão de igualdade racial, não respeitando a pessoa negra como um ser a parte da sociedade dominante, mas compreendendo sua importância na construção desta sociedade, bem como, sua participação na luta por direitos sociais.

Paulo Freire traz uma proposta interessante sobre a relação que deve ser criada entre professor/aluno, professor/professor, escola/aluno:

○ que venho propondo é um profundo respeito pela identidade cultural dos alunos, uma identidade cultural que implica respeito pela língua do outro, cor do outro, gênero do outro, classe social do outro, orientação sexual do outro, capacidade intelectual do outro; que implica na capacidade de estimular a criatividade do outro. Mas essas coisas ocorrem em um contexto social e histórico e não no ar puro e simples. Essas coisas ocorrem na história. (FREIRE, 1997, p.35).

As práticas pedagógicas presentes nas escolas precisam estar atentas às questões raciais da sociedade brasileira, difundindo o respeito e a igualdade nas relações entre os indivíduos ali presentes. As discussões étnico-raciais devem ser efetivadas constantemente no espaço escolar, para isso, a prática pedagógica do (a) professor (a) pode ser uma ferramenta importante no combate ao racismo quando problematiza a questão racial em sala de aula.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa surgiu dos nossos questionamentos sobre a prática pedagógica das professoras negras em relação à Lei nº 10.639/2003, no que se refere à sua afirmação identitária e abordagem do conteúdo étnico-racial em suas aulas.

Para melhor entendimento destes questionamentos, visando alcançar o principal objetivo desta pesquisa, ou seja, compreender como as histórias de vida de professoras negras influenciam na sua prática pedagógica para a implementação da Lei nº 10.639/2003 na educação básica, foi realizada pesquisa qualitativa. Como instrumento de coleta de dados utilizou-se a entrevista semiestruturada, buscando analisar, através da história de vida, os relatos dos sujeitos baseados na análise de conteúdo.

Decidiu-se pela pesquisa qualitativa por possibilitar compreender as particularidades dos sujeitos, suas conjunturas e complexidades, mostrando as perspectivas e os significados que eles atribuem às suas experiências. Por meio dela é possível estabelecer um caminho para o desvelamento das indagações presentes nesta pesquisa.

Richardson (1999), referindo-se à pesquisa qualitativa, defende que a mesma é adequada quando tem necessidade de “descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais” (p.80)

Ludke e André (1990) também falam sobre pesquisa qualitativa e a definem “como a descrição e a explicação dos fatos observados, nos quais o pesquisador observa e interpreta os dados com base em sua percepção de mundo”. É preciso ter atenção a qualquer detalhe que possa manifestar, significativamente, particularidades do fenômeno em questão.

3.1 História de vida

Optou-se por usar histórias de vida como ferramenta metodológica, colocando os sujeitos como protagonistas de suas histórias, a fim de compreendê-los, não apenas como profissionais, mas também como pessoas com todas as singularidades existentes.

No caminho metodológico percorrido, considerou-se a centralidade dada ao sujeito, pois havia o interesse de compreender os processos que envolvem a construção de uma identidade étnico-racial e como isso influencia a prática docente em sala de aula.

Esta metodologia biográfica integra um estudo cheio de minúcias que são pautadas numa abordagem baseada em olhar dados sob a realidade, percebendo novas maneiras de adentrar e significar esta realidade. Franco (2016) nos leva a uma profunda reflexão sobre o que é preciso quando se opta pela história de vida:

Ter sensibilidade para identificar o universal à singularidade do particular, sem jamais estabelecer generalizações, precisa, enfim, evidenciar sempre o caráter relacional do sujeito, produto da história e agente de historicidade. O pesquisador precisa descobrir o sujeito em processo, no momento de suas escolhas, nas maneiras em que interpreta sua realidade, nas formas que escolheu para construir, reconstruir sua existência (FRANCO, 2016, p. 07).

Percebe-se, portanto, para atingir o objetivo de compreender o processo que envolve a construção da identidade das professoras negras e como isso influencia nas suas práticas docentes (objeto desta pesquisa), a exigência de colocá-las no centro desta pesquisa com o protagonismo necessário para que suas narrativas assumam o papel que esperamos.

Trata-se de uma narrativa produzida pelo sujeito, não registra apenas informações objetivas sobre os acontecimentos, mas mostra significados, relevâncias, justificativas e respostas.

Para melhor responder os objetivos desta pesquisa, estão comprometidos neste estudo como sujeitos: Professoras que se identificam como negras e que atuam na educação básica da Região Metropolitana do Recife.

Através da técnica de história de vida, desejamos conhecer as experiências das professoras negras e perceber as articulações existentes entre o espaço escolar e suas vidas para, assim, compreender como a história de vida das professoras negras da educação básica influencia na sua prática pedagógica diária e na implementação da Lei nº 10.639/2003 dentro da escola.

3.2 Processo de coleta e análise dos dados

O processo para a coleta de dados iniciou-se com a elaboração de um roteiro de entrevista semiestruturada, contendo as seguintes indagações: Qual a relação entre sua história de vida e sua identidade negra? Como o fato de ser negra influencia na discussão das questões raciais em sala de aula? Como a Lei nº 10.639/2003 contribui para a construção do conteúdo étnico-racial em sala de aula?

Visando atingir os objetivos propostos, optamos, para sujeitos da pesquisa, por professoras negras que se identificam como negras, comprometidas com o movimento político de combate ao racismo, pela igualdade racial e pela busca às origens étnico-raciais presentes no contexto histórico brasileiro. Com consentimento prévio das professoras, as mesmas foram nomeadas com os seus nomes próprios, tendo em vista fazê-las protagonistas de sua própria história.

O primeiro momento da coleta de dados destinou-se à busca dos sujeitos da pesquisa. Através das nossas redes de relações, houve a indicação de alguns nomes que estavam dentro do perfil proposto. Num segundo momento, entramos em contato com as professoras por meio de suas redes sociais e e-mails, e, em seguida, tivemos a confirmação para a realização das entrevistas em local pré-estabelecido por elas.

No terceiro momento, individualmente, foram realizadas as entrevistas no espaço determinado pelas professoras. Das cinco professoras entrevistadas, quatro são formadas em Pedagogia, e uma em Letras. As professoras demonstraram disposição e satisfação em contar suas histórias de vida para a pesquisa e ressaltaram a importância daquele momento para refletir as situações vividas por elas.

Na organização e análise de dados, Bardin (2009, p.38) afirma que a análise de conteúdo pode ser considerada “como um conjunto de técnicas de análises de comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens”. O objetivo foi fazer uma análise através das falas de professoras negras.

Ainda sobre análise de conteúdo, Gil (2009) afirma que:

Embora a análise de conteúdo seja essencialmente uma técnica para estudar a comunicação humana de maneira sistemática e objetiva, pode servir também a outros propósitos, tais como: (1) auxiliar na identificação das intenções e características dos comunicadores; (2) identificar o status de pessoas ou de grupos; (3) revelar atitudes, interesses, crenças e valores dos grupos; (4)

identificar o foco de atenção das pessoas e grupos; e (5) descrever as atitudes e respostas aos meios de comunicação.

Para o método de análise, os procedimentos utilizados seguem as fases propostas por Bardin (2009), que compreendem a pré-análise; a exploração do material; o tratamento das informações obtidas com as entrevistas; e a interpretação.

Após a transcrição dos relatos de vida das professoras, procuramos relacionar suas narrativas com as indagações propostas no roteiro de entrevista. Buscou-se pôr em evidência os principais acontecimentos e seus significados na história de vida das professoras que se aproximaram dos objetivos da pesquisa.

A análise da história de vida iniciou-se com a leitura exploratória dos resultados, identificando o que substanciava as narrativas das professoras, em seguida construiu-se um quadro com base nestas narrativas. O quadro foi dividido em três temas, compreendendo os objetivos da pesquisa: Relação da história com a identidade, a influência da identidade negra na discussão das questões raciais em sala de aula e a Lei nº 10.639/2003 na construção do conteúdo em sala de aula. Logo depois, destacou-se os significados mais marcantes no relato das professoras, realizando inferências a partir das histórias de vida contadas pelas professoras entrevistadas. Essa abordagem metodológica possibilitou compreender os aspectos presentes na história das professoras negras que contribuíram para a mudança de sua prática pedagógica em relação às questões étnico-raciais e a Lei nº 10.639/2003.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A história de vida das professoras negras

A história de vida contribui para o entendimento da construção da identidade étnico-racial. A partir da oralidade de suas histórias, o sujeito permite ressaltar os contextos estruturantes e significados que atuaram de forma direta / indireta na sua autoafirmação identitária.

Através das narrativas produzidas pelas professoras, percebe-se a presença dos significados em relação aos acontecimentos vividos por elas para seu pertencimento étnico-racial. Estes significados refletem na relação entre a história de vida e a identidade. As vivências apresentam variáveis, causas e efeitos que estão presentes em suas histórias de vida. Etiene Lima, 33 anos, destaca:

Hoje, quando lembro o que eu passei, eu vejo que sofri preconceito em alguns momentos, mas naquela época a gente não tinha o que a gente tem hoje, situações que eu vivi que naquela época era normal, canções preconceituosas, tipo nega do cabelo duro (LIMA, 2016).

Joana Dias, 34 anos, relata aspectos significativos da sua história de vida, ressaltando a luta contra o racismo vivenciado pela mesma. *“Minha história de vida é marcada pela luta contra o racismo, a discriminação e o preconceito”* (DIAS, 2016).

As experiências negativas, em sua maioria, foram destacadas a partir da vivência escolar. Para as entrevistadas, a escola atuou como reprodutora de preconceitos existentes na sociedade. Vejamos: *“Tive uma vivência altamente traumática, principalmente dentro da escola, onde foi que mais sofri com racismo de professores e de alunos. Era bolsista numa escola burguesa, poucos alunos eram negros, então a perseguição era maior. Eu sobrevivi!”* (RODRIGUES, 2016).

Iracema Calixto também destaca a situação vivida na escola:

Fui bolsista na escola particular da segunda série à quarta série, na qual só estudavam três crianças negras, eu, e mais duas crianças, uma era filha de um funcionário da escola, a outra filha de um juiz, era a única que não tinha ‘referência’ para os alunos da escola, então toda essa questão do bullying à raça negra vinha para cima de mim, as crianças colocavam apelidos no cabelo, ‘cabelo pixaim’, ‘cabelo de pitó’ (CALIXTO, 2016).

Iracema Calixto, 29 anos, e Mazarelo Rodrigues, 52 anos, encontraram uma realidade diferenciada em relação à Joana Dias e Etiene Lima. Elas foram bolsistas em escolas particulares, na qual a maior parte dos (as) estudantes era branca, com características econômicas elevadas. Para suas histórias de vida, neste determinado período, o resultado dessa convivência gerou significados específicos da realidade vivida por cada mulher negra.

Por meio das histórias de vida contadas pelas entrevistadas notou-se que a escola, ao invés de ser um ambiente que agrega as diferenças, por vezes reitera as práticas racistas. Assim, como afirma Gomes, *“o olhar lançado sobre o negro e sua cultura, no interior da escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las.”* (GOMES, 2002)

Os relatos acima comprovam a afirmação de Gomes quando demonstram as práticas racistas sofridas durante as vivências nas escolas particulares, e que acarretaram sentidos negativos nas histórias de vida das professoras, em relação ao preconceito racial que viveram durante este período escolar.

Iracema Calixto e Mazarelo Rodrigues também relatam suas mudanças de percepção quando foram estudar em escolas públicas. Ambas sentiram-se aliviadas por estarem ali, pois se identificaram com pessoas que tinham características parecidas com as suas, em especial, a raça negra. *“Quando fui para escola pública senti um alívio por ver pessoas ‘parecidas’ comigo, porém todas as meninas negras alisavam o cabelo, pois tinham como referência a televisão, novelas, bonecas brancas, queria parecer com pessoas brancas”* (CALIXTO, 2016). Mazarelo Rodrigues destaca:

Depois que saí da escola particular por conta própria, fui fazer magistério numa escola pública, ‘aí eu estava entre os meus’, me senti em casa. Quase a totalidade da turma era negra, vim ter o entendimento, o que era uma escola pra negro e uma escola pra branco. Sou exceção a uma regra imposta pela sociedade e pela escola que exclui aluno negro[...]Meu espírito de luta ele foi

forjado nas minhas vivências entre escola pública e particular, eu vivi dois universos diferentes (RODRIGUES, 2016).

Mazarelo Rodrigues mostra em seu relato que os significados presentes na sua história de vida, referente à vivência na escola particular, forjou sua luta política contra o racismo.

Por meio dos relatos das professoras entrevistadas, percebeu-se os significados presentes em suas histórias de vida que contribuíram para sua afirmação identitária. Suas histórias de vida estão intrinsicamente ligadas à sua identidade negra, refletindo na maneira como se posicionam politicamente no enfrentamento do racismo. Suas vivências pessoais foram determinantes para sua atuação docente, algo que as diferencia de muitas outras professoras que abordam relações raciais de forma superficial, pois sentiram na pele o preconceito racial existente na sociedade brasileira.

4.2 Identidade negra e a interação social

As interações sociais atuaram no processo de construção da identidade negra de todas as entrevistadas, através da relação com a família, amigos e colegas, relações criadas no decorrer da vida acadêmica e fora dela. Esta construção identitária, em algum momento, foi fundamental para compreender a importância do trabalho que envolve as relações étnico-raciais na escola. Anteriormente foi pontuado que a construção da identidade racial é um processo que se dá a partir de uma interação social. Gomes comprova isso quando fala que “nenhuma identidade é construída no isolamento” (2005)

A identidade está ligada diretamente à forma do indivíduo se portar em sociedade, na construção de suas relações e no enfrentamento de problemas. Referências culturais e pessoais influenciam na maneira como os indivíduos definem seus princípios e demarcam sua vida. Estas influências podem resultar na percepção que o indivíduo toma do outro, como observado na fala de Iracema Calixto, que reflete sobre as influências que culminaram na sua percepção étnico-racial.

Estudava numa instituição privada que não contemplava em seu currículo as questões étnico-raciais [...]. Não foi o currículo do curso, mas foram as pessoas ao meu redor, na faculdade e fora da faculdade, que vi deixando o cabelo natural e se identificando como negros que me influenciaram. (CALIXTO, 2016).

Percebe-se, por meio da história de vida das professoras, que a afirmação identitária é construída de forma gradativa. O sujeito passa por vários processos que vão agregando significados aos acontecimentos que perpassam sua vida. Dentro desse contexto, Mazarelo Rodrigues relata como é difícil se identificar como negra: “*é muito difícil, é um processo, você primeiro é espremido, massacrado, sacaneado, pisoteado, [...]. Até eu assumir que era negra demorou bastante, tive que viver dezesseis anos e sofrer dezesseis anos. É um processo doloroso*” (RODRIGUES, 2016).

Joana Dias, por sua vez, demonstra o quanto a família foi importante para a construção da sua identidade negra e para a compreensão das facetas que envolvem uma sociedade racista.

Aprendi no seio familiar a me reconhecer como negra, a compreender e identificar as formas de opressão de uma sociedade racista e a conhecer a verdadeira história do meu povo, aquela que a escola não conta. Amadureci dentro da perspectiva de luta e afronte, para nunca baixar a cabeça e a chorar quando tiver vontade, mas lembrar sempre que o choro passa e a luta continua. (DIAS, 2016)

Podemos relacionar a fala de Joana Dias com o que Gomes (2005) diz em relação ao processo de construção da identidade negra. Ela afirma que a identidade negra é construída gradativamente, num movimento que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo. É possível perceber também, neste relato, que a construção de sua identidade negra foi fomentada dentro da luta contra o racismo.

Mazarelo Rodrigues traz uma reflexão interessante sobre como sua posição na sociedade e sua relação com a própria identidade influenciaram seu posicionamento político em sala de aula.

Estava como aluna, hoje eu sou professora nesse 'pequeno espaço' de 'poder', ou eu reproduzo, dou uma progressiva no meu cabelo, chego aqui com um pó na cara, ou então, eu faço o meu trabalho político. Tenho que devolver a minha ancestralidade, a força que eu obtive para concluir o ensino médio, concluir uma universidade e está firme (RODRIGUES, 2016).

Etiene Lima também reflete esta interação quando relata as experiências vividas no início da sua vida acadêmica e como elas foram fundamentais para sua mudança e para o conhecimento e reconhecimento de sua ancestralidade. *“Me identifiquei a partir do ensino médio, no magistério que eu fui tendo contato com os movimentos, minha chegada na universidade também contribuiu muito, abriu a minha visão do que é ser negro nesse país”* (LIMA, 2016). Este depoimento nos mostra que o contato das entrevistadas com o mundo acadêmico também causou mudanças no seu posicionamento social e na formação da sua identidade negra.

Os relatos revelam que a interação social é uma variável que influencia na construção da identidade negra das professoras entrevistadas. Em seus relatos, elas demonstram que o processo de identificação como mulheres negras se deu de forma gradativa, por meio da interação com outras pessoas que se identificavam como negras.

4.3 As professoras negras e a Lei nº 10.639/2003 na construção do conteúdo.

A escola é um ambiente que reproduz as estruturas sociais. Tal afirmação significa que alguns estigmas presentes na sociedade brasileira podem se apresentar na escola. Sendo assim, o racismo vai se projetando nas relações e nos discursos de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

Segundo Gomes:

A Lei nº 10.639/2003 e suas diretrizes precisam ser compreendidas dentro do complexo campo das relações raciais brasileiras sobre o qual incidem. Isso significa ir além da adoção de programas e projetos específicos voltados para a diversidade étnico-racial realizados de forma aleatória e descontínua. Implica a inserção da questão racial[...] nas práticas pedagógicas e curriculares de forma mais contundente (GOMES, 2010)

Não basta apenas conhecer a Lei nº 10.639/2003, mas saber como utilizá-la frequentemente no ambiente educacional, relacionando com temas abordados nas aulas. Mazarelo Rodrigues nos leva a uma reflexão importante sobre o uso da Lei nº 10.639/2003 no dia-a-dia.

A lei 10639/03 é todos os dias, é quando chegar dia 18 de abril, dia do livro, você se lembrar de Carolina Maria de Jesus e não de Monteiro Lobato. É quando chegar o dia da árvore você falar do baobá, da importância desta árvore para o povo africano, os significados. É quando chegar o dia internacional da água você falar do rio Tigre, dos componentes negro e indígenas que existem nas nossas margens. Eu entendo assim a Lei 10639/03 (RODRIGUES, 2016).

No relato de Joana Dias é perceptível a relação interdisciplinar entre a lei nº 10.639/2003 e disciplinas específicas trabalhadas por ela em suas aulas.

Utilizo a Lei nº 10.639/2003 no meu cotidiano de sala de aula. Trabalho os diferentes países africanos em sua geografia e história, dando uma atenção especial aos que falam língua portuguesa, pois precisamos criar ligações coletivas e históricas. Debato toda a influência africana, desde palavras a modos culturais de vida, como também o papel protagonista dos povos africanos na medicina, matemática, artes, mineração, agricultura e arquitetura. Trago livros de literatura com histórias africanas e afro-brasileiras e com autores negros e negras. As atividades envolvem debates, pesquisa e leitura. (DIAS, 2016)

Torna-se importante saber que a Lei nº 10.639/2003 surge com uma perspectiva de compreensão definida, ou seja, ela se constituiu a partir de uma demanda social que precisa ser compreendida para, assim, ser possível colocá-la em prática de maneira interdisciplinar.

Iracema Calixto ressalta a importância do uso da interdisciplinaridade com relação a Lei nº 10.639/2003.

Como negra, procurei me atualizar sobre a Lei 10639/03, vi que com ela é possível relacionar o conteúdo aplicado em sala de aula com as questões éticas raciais, procuro fazer isso, relacionar o conteúdo em sala com o a cultura negra brasileira, com a contribuição do povo negro para a construção da sociedade brasileira, não só em datas específicas, e sim, na relação com outros conteúdos (CALIXTO, 2016).

Etiene Lima compreende o avanço significativo advindo com a Lei nº 10.639/2003, como também a importância dela no empoderamento dos próprios professores, entretanto, para ela, a Lei precisa ser melhor compreendida para efetivamente ser bem trabalhada por todos os professores, independente da raça.

Acho muito válido essa questão da Lei, por que traz essa temática para sala de aula, e deveria ser uma obrigação do professor de ter que trabalhar sim. A Lei é necessária, tanto na questão de

empoderar o negro, de trazer para o professor a consciência que é uma temática que precisa ser abordada[...] A Lei ainda precisa ser mais trabalhada, os professores precisam de um empoderamento maior, precisa de uma consciência maior, e se ver negro é uma oportunidade de fazer a diferença... E que professores, independente de serem brancos ou negros, possam trabalhar (LIMA, 2016).

Mazarelo Rodrigues afirma a necessidade de trabalhar a lei nº 10.639/2003, de maneira que os (as) estudantes compreendam sua importância não apenas de forma subjetiva. *“Não dá para você trabalhar a Lei 10639/03 com cartaz, o aluno tem que ser levado a refletir sobre a prática dele, sobre a vivência dele, para ele se tornar mais vigilante, com mais receio ao falar “besteira”, tratar com respeito seus colegas”* (RODRIGUES, 2016).

A referida Lei pode esbarrar em vários impedimentos para a sua realização nas escolas. Gomes nos mostra alguns impedimentos que entram em confronto com sua efetivação.

O desencadeamento desse processo não significa o seu completo enraizamento na prática das escolas da educação básica, na educação superior e nos processos de formação inicial e continuada de professores(as). A Lei e as diretrizes entram em confronto com as práticas e com o imaginário racial presentes na estrutura e no funcionamento da educação brasileira, tais como o mito da democracia racial, o racismo ambíguo, a ideologia do branqueamento e a naturalização das desigualdades raciais (GOMES, 2010).

Mesmo com todas as dificuldades envolvendo a utilização correta da lei, entende-se que após a interação e compreensão com maior profundidade por parte do professorado, seu objetivo central – a obrigatoriedade do ensino da História da África e da cultura afro-brasileira nas escolas – pode ser garantido, como também, a sustentação de um programa educacional que dá visibilidade ao indivíduo e sua negritude. Ainda Assim, a existência da Lei nº 10.639/2003 não garante que a mesma seja colocada em prática. Quem pode garantir sua real utilização é o (a) professor (a), comprometido (a) com o enfrentamento do racismo

Os relatos das professoras entrevistadas nos mostram que o interesse pela Lei nº 10.639/2003, está relacionado com o seu reconhecimento étnico-racial, e que é preciso saber utilizá-la de maneira que atinja todas as abrangências propostas na sua estrutura.

4.4 A Prática pedagógica das professoras negras em relação à temática racial

É importante compreender como se forma e se expressa a prática pedagógica das professoras entrevistadas com relação à temática racial. Refletindo a partir da concepção de prática pedagógica fundamentada na concepção de vida e sociedade do professor (REIS, 2014), percebeu-se que a prática pedagógica das entrevistadas está atrelada à sua afirmação identitária, independentemente do nível e modalidades de ensino. As professoras caracterizaram sua prática citando a sua identidade negra como parte importante na construção do “ser professor”.

Mazarelo Rodrigues discorre sobre a conexão que existe entre sua prática e suas vivências.

Não tem como desconectar a minha prática pedagógica da minha vivência, então tudo isso que se construiu, todo o meu espaço, o espaço que eu tenho dentro da minha mente criativa vem com muita força para desmistificar, para tirar o racismo de dentro da escola, de dentro da comunidade (RODRIGUES, 2016).

Ela também relata que a prática diferenciada em relação aos conteúdos étnico-raciais não é só uma questão de reproduzir por achar o trabalho 'bonito', mas por ser necessário para a atual conjuntura presente nas escolas brasileiras. *"Não é uma coisa 'ah eu acho lindo', acho necessário, urgente, toda professora, principalmente negra, deveria trabalhar as questões étnico-raciais dentro da escola, e exigir"* (RODRIGUES, 2016).

Na prática, é possível também constatar a necessidade de difundir as verdades que envolvem a história das pessoas negras em nosso país. Como bem descreve Joana Dias: *"As discussões só começam com temas trabalhados em sala, como herança histórica, desmistificação do continente africano como lugar de fome, miséria, doenças, savana"*. (DIAS, 2016).

Esta reflexão de Joana Dias é reiterada por Gomes quando expressa: "para sair dessa inércia em relação à questão racial na escola, é preciso assumir o compromisso pedagógico e social de superar o racismo, entendendo-o à luz da história e da realidade social e racial do nosso país." (GOMES, 2005)

No relato de Etiene Lima percebe-se esse compromisso pedagógico e social de superar o racismo.

As crianças têm familiares negros, às vezes é o pai, a mãe, a avó que são negros, porque só vou trabalhar de uma maneira homogênea? Tenho que trabalhar dentro dessa diversidade, sabendo respeitar, ensinando as crianças que estão nesse processo de aprendizagem o respeito, respeito ao coleguinha que é negro. (LIMA, 2016).

As professoras apresentaram em seus relatos as formas diversificadas utilizadas por elas para refletir sobre o conteúdo étnico-racial em sala de aula. Vimos que suas concepções de vida refletem nas suas práticas pedagógicas, principalmente no que tange à temática racial. Elas trazem consigo a luta política ao difundirem as verdades que envolvem a história da população negra no país e o respeito à pessoa negra como indivíduo formador de nossa sociedade.

4.5 A estética como ferramenta para a discussão étnico racial na escola.

A aparência como ferramenta para a discussão étnico-racial em sala de aula esteve presente na fala das professoras. Elas relatam como conseguem criar momentos de discussão e introduzir o tema étnico-racial, utilizando as questões estéticas e simbólicas do corpo negro, como o cabelo, ou mesmo o uso de adereços representativos da cultura afrodescendente, para aguçar discussões relacionadas à identidade negra a partir da curiosidade dos (as) estudantes. Discussões que envolvem os processos de opressão que, ao longo da história, o povo negro vem sofrendo com relação à sua aparência estética, tornam-se uma

boa atividade pedagógica a ser desenvolvida com os (as) estudantes, abrindo portas para debates sobre a história e cultura afro-brasileira e africana. Sobre isso, Gomes afirma:

No corpo negro e mestiço do brasileiro e da brasileira, a africanidade, [...] está nos gestos, na expressão estética, na arte, na linguagem, na música, na maneira de ser e ver o mundo. É a complexa relação do corpo visto e vivido na cultura, e da cultura negra vista e vivida num corpo. (GOMES, 2012)

A aparência das professoras evidenciam tanto a curiosidade dos (as) estudantes quanto seus preconceitos. Alguns verbalizam seus preconceitos em relação à aparência da professora, como podemos ver no relato de Iracema Calixto.

Ao entrar no Pró-jovem, logo no primeiro dia, fui com o 'black' soltão, percebi os alunos cochichando, tinha alunos que diziam: seu cabelo é 'massa', e outros que diziam: "professora, porque você não alisa seu cabelo? Utilizava esses momentos para discutir sobre esses assuntos, os questionava: "por que eu vou ser o que não sou? O que é que está por trás disso, eu não quero demonstrar uma característica da raça negra?" Falava sobre um preconceito que está dentro da gente e não assumimos, um preconceito disfarçado (CALIXTO, 2016).

A Professora ainda pondera que "na época do estágio usava tranças e aproveitava a curiosidade dos estudantes sobre meus cabelos para falar sobre a importância do seu pertencimento racial" (CALIXTO, 2016).

Iracema Calixto também compreende a sua estética como ferramenta que contribui na sua prática pedagógica.

Sempre fui de cabelo solto pra aula com o objetivo de discutir justamente sobre as questões étnico-raciais, as contribuições do povo africano para o Brasil, afirmação da identidade negra e a luta contra o preconceito. Falava para os meus alunos que por trás dessa luta tem todo um contexto histórico (CALIXTO, 2016).

Joana Dias também relata a importância de evidenciar sua negritude¹ através da estética para discutir africanidades e afro-descendências.

O fato de ser negra e evidenciar minha negritude em minhas vestimentas e maneira de encarar o mundo já suscita discussões em sala de aula... O fato de eu ser negra já gera discussões em sala, que se tornam ainda mais acaloradas quando abordam religiosidade, racismo institucional e pertencimento. (DIAS, 2016)

Luciene Silva, 41 anos, relata que os acessórios utilizados por ela servem para demonstrar sua identidade negra para seus (suas) estudantes, ressaltando a importância de se reconhecer como negra. "*Muitas vezes fui de turbante, faixa, para mostrar aos alunos que a professora se reconhecia como negra*" (SILVA, 2016).

¹ Entende-se negritude como qualidade ou condição de negro. Sentimento de orgulho racial e conscientização do valor e da riqueza cultural dos negros.

Observou-se que a estética presente no vestuário, nos cabelos (tranças, 'black') e nos acessórios das professoras negras dão margem às discussões pertinentes sobre a temática racial. Elas, por vezes, utilizam características da raça negra para suscitar o diálogo com os (as) estudantes sobre a importância de seu reconhecimento étnico-racial, levando-os a refletirem sobre o racismo.

5 CONCLUSÃO

O propósito desse trabalho foi compreender e analisar a influência das histórias de vida de professoras negras na sua prática pedagógica. Nossos questionamentos surgiram a partir da compreensão da Lei nº 10.639/2003 e percepção de que a mesma não é reconhecida e abordada de maneira correta no cotidiano escolar. Entendemos que a lei, por si só, não garante o ensino de cultura e história africana e afrodescendente dentro da sala de aula, uma vez que perpassa a visão não só do professor, mas de todo conjunto escolar sobre o tema étnico-racial.

Buscamos, por meio da história de vida, compreender como as experiências e o processo de construção da identidade das professoras influenciou sua prática e, também, como utilizaram a Lei nº 10.639/2003 para trabalhar de maneira eficiente as questões raciais.

Considerando o caráter pedagógico da pesquisa foi muito importante ouvir as histórias de superação e empoderamento das entrevistadas, uma vez que suas vivências se mostraram fundamentais na hora de construir sua prática educacional, na recusa de perpetuar o racismo presente em nossa sociedade. As entrevistadas atribuíram grandes significados aos acontecimentos causados pelo racismo e a toda uma superação pela qual foi possível tornarem-se quem são.

A construção da identidade negra de todas as entrevistadas tem importante fundamento num processo gradativo e vivenciado por meio de uma interação social que ocorre em diferentes meios de socialização. Gomes (2005) afirma que "nenhuma identidade é construída no isolamento". Todas as entrevistadas confirmaram isto, quando contaram sobre o seu processo identitário que foi sendo envolto entre as relações e construídos com o passar tempo.

Percebemos que suas experiências pessoais foram importantes para a construção do pertencimento racial das professoras, e fundamental na definição dos seus posicionamentos dentro da escola. Elas compreenderam a importância de trabalhar a lei todos os dias, a todo momento, em diferentes disciplinas e situações. Nos seus relatos, vimos que, em suas histórias de vida, elas se subsidiaram de ferramentas para contribuir de maneira positiva com as necessidades mais urgentes da nossa sociedade, como combate ao racismo, respeito ao próximo e aceitação pessoal. Além da dimensão estética que, de maneira geral, era usada em sala de aula como uma ferramenta para suscitar diferentes discussões sobre as relações raciais.

Em vários momentos da entrevista algumas professoras compartilharam sobre o viés político presente nas suas decisões pedagógicas dentro da escola. Não são apenas questões ideológicas, mas também a criticidade necessária para contribuir com uma educação efetivamente qualitativa para todos.

É preciso ter comprometimento com a educação, e isso não está apenas atrelado a uma definição racial. Todos os professores precisam estar comprometidos em discutir relações étnico-raciais na escola, afinal, trata-se da nossa história, é a história do nosso país e tal conhecimento não pode ser negado.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Portugal – Lisboa: Edições, 70. Lisboa: 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer 03/2004**. Brasília, 2004

CALIXTO, Iracema. **Entrevista concedida à pesquisa: A influência da história de vida de professoras negras na sua prática pedagógica**. UFPE, Recife, 2016.

DIAS, Joana. **Entrevista concedida à pesquisa: A influência da história de vida de professoras negras na sua prática pedagógica**. UFPE, Recife, 2016.

D'ADESKY, Jacques. **Racismos e anti-racismos no Brasil**. Pluralismo étnico e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DUBAR, Claude. **A Socialização: construção das identidades sociais e profissionais**; tradução Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **História de vida: uma abordagem emancipatória aliando pesquisa e formação de professor reflexivo**. Disponível em: http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=314:historia-de-vida-uma-abordagem-emancipatoria-aliando-pesquisa-e-formacao-de-professor-reflexivo&catid=4:educacao&Itemid=15. Acesso em: 18 de outubro de 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Estudo de caso**. São Paulo: Cortez, 2009.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e identidade negra**. Belo Horizonte, POSLIT/CEL, Faculdade de Letras da UFMG, v.06, n.09, dez/2002, p. 38-47.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 39-62

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. In: **ANPAE**, 2010. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/94.pdf>. Acesso em: 20 maio 2017.

LIMA, Etiene. **Entrevista concedida à pesquisa:** A influência da história de vida de professoras negras na sua prática pedagógica. UFPE, Recife, 2016.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1990.

REIS, Maria da Conceição. **Prática Pedagógica e Cultura Popular:** uma relação possível. Recife: PROEXT-UFPE & Ed. Universitária da UFPE, 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarrir. **Pesquisa Social:** Métodos e técnicas. SP: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Mazarelo. **Entrevista concedida à pesquisa:** A influência da história de vida de professoras negras na sua prática pedagógica. UFPE, Recife, 2016.

SILVA, Claudilene Maria. **Professoras Negras:** identidade e práticas de enfrentamento do racismo no espaço escolar. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

SILVA, Luciene. **Entrevista concedida à pesquisa:** A influência da história de vida de professoras negras na sua prática pedagógica. UFPE, Recife, 2016.